

# Hierarquias na pesquisa social latino-americana: reflexões sobre a prática

Larissa Cristina de Sousa Ferro<sup>1</sup>  0000-0002-0767-3027

Elizabeth del Socorro Ruano-Ibarra<sup>1</sup>  0000-0003-0549-3951

<sup>1</sup>Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil. 70297-400 – ela@unb.br



**Resumo:** Neste artigo, propomos reflexões a partir de nosso lugar de enunciação enquanto pesquisadoras brancas e mulheres cisgênero, que investigam temas relacionados às indígenas mulheres da América Latina. Com base na revisão bibliográfica e na reflexão sobre a prática, propomos uma discussão acerca das relações hierárquicas presentes no processo de investigação acadêmica, principalmente com grupos subalternizados histórico, social e politicamente. Fundamentamo-nos na perspectiva genealógica do conceito de horizontalidade e nas metodologias feministas da América Latina, a fim de tensionar as hierarquias com base em nossas experiências de pesquisa. Concluímos que, ao tomarmos nossas práticas como objeto de estudo, contribuimos para a construção de condições epistêmicas que possibilitam a indagação de pressupostos legitimados.

**Palavras-chave:** horizontalidade; indígenas mulheres; metodologias feministas.

## **Hierarchies in latin american social research: reflections on practice**

**Abstract:** We present reflections from our place of enunciation as white researchers and cis women, researching topics related to indigenous women in Latin America. Supported by the literature review and the reflection on practice, we discussed the hierarchical relationships in doing academic research, especially with historically, socially and politically subordinated groups. Based on the genealogical perspective of the concept of horizontality and on feminist methodologies in Latin American, to tension hierarchies from our research experiences, completed and in progress. We conclude that by making our practices the object of study, we contribute to building epistemic conditions for the inquiry of legitimate assumptions.

**Keywords:** Horizontality; Indigenous Women; Feminists Methodologies.

## **Jerarquías en la investigación social latinoamericana: reflexiones sobre la práctica**

**Resumen:** Presentamos reflexiones desde nuestro lugar de enunciación como investigadoras blancas cis investigando temas relacionados con las mujeres indígenas en América Latina. Con el apoyo de la revisión de la literatura y la reflexión sobre la práctica, discutimos las relaciones jerárquicas en la investigación académica, especialmente con grupos histórica, social y políticamente subordinados. A partir de la genealogía del concepto de horizontalidad y de metodologías feministas, buscamos tensionar jerarquías desde nuestras experiencias investigativas. Concluimos que al hacer de nuestras prácticas el objeto de estudio, contribuimos a construir condiciones epistémicas para la indagación de supuestos legítimos.

**Palabras claves:** horizontalidad; mujeres indígenas; metodologías feministas.

## Introdução

Com o objetivo de refletir sobre as relações de poder na produção do conhecimento acadêmico na contemporaneidade, considerando o debate sobre a hierarquização na pesquisa social iniciado na década de 1980 na América Latina, contrastamos esse referencial com nossas

experiências de pesquisa com indígenas mulheres em países latino-americanos<sup>1</sup> (Elizabeth Ruano-Ibarra, 2008; Ruano-Ibarra, 2013; Larissa Ferro, 2019; Ruano-Ibarra; Victoria Oliveira, 2020; Ferro, 2023). A utilização da categoria indígenas mulheres é parte de reivindicações políticas de intelectuais indígenas brasileiras que firmam lugares de enunciação no campo científico. Segundo Edilaine Vieira, psicóloga da etnia Tuxá, essa inversão denota a centralidade da identidade coletiva indígena, a qual antecede o nascimento biológico como mulher e pessoa individualizada. Dita identidade se assenta na história de violações e resistências de cada povo desde os tempos coloniais (Vieira, 2020). No mesmo sentido, intelectuais indígenas brasileiras costumam substituir o sobrenome civil pela denominação do povo ou etnia a que pertencem. Trata-se de uma ação política que desafia as normas acadêmicas de nomeação patriarcal e individualista para destacar a perspectiva coletiva das autoras indígenas.

Compomos o artigo em três partes: a primeira dedicada à síntese da bibliografia latino-americana sobre a horizontalidade das relações de pesquisa, debate enraizado a partir da teologia da libertação. Nesta seção, apresentam-se as contribuições de indígenas mulheres como Inara Tavares (2020), cientista social brasileira do povo Sataré-Mawé, e de Lidiane Alves (2019), cientista social brasileira do povo Kariú Kariri, em diálogo com a socióloga argentina Maristella Svampa (2008), a comunicóloga mexicana Sarah Corona Berkin (2012), quem cunhou o conceito de horizontalidade nas Ciências Sociais latino-americanas, as antropólogas argentinas Rita Segato (2012) e Claudia Briones (2020), e a mexicana bacharel em direito Marcela Fernandez-Camacho (2021).

Na segunda seção, com base na filósofa mexicana Eli Bartra (1999), da argentina María Lugones (2008), da antropóloga dominicana Ochy Curiel (2014; 2019), da socióloga argentina Rosana Rodríguez (2013; 2014) e da filósofa brasileira Sueli Carneiro (2005), abordamos as perspectivas feministas que alertam sobre a hierarquização das relações sociais e criticam a centralidade dos binômios ou pares binários como teoria/prática, corpo/mente, sujeito/objeto e feminino/masculino. Na terceira parte, refletimos sobre a aproximação à horizontalidade na busca por rupturas com a verticalidade nas relações de pesquisa, enfatizando mudanças na priorização bibliográfica, na adoção de técnicas de coleta e análise de dados empíricos nas nossas pesquisas concluídas e na relação entre orientadora e orientanda.

Para tanto, recorremos, primordialmente, ao debate sobre o método feminista (Bartra, 1999; Curiel, 2014; 2019), de hierarquias entre conhecimentos (Carneiro, 2005; Curiel, 2014) e de horizontalidade em pesquisa (Corona Berkin; Olaf Kaltmeier, 2012), reflexões que estão intrinsecamente ligadas. Bartra (1999) confirma a existência do método de pesquisa feminista, também chamado não sexista ou não androcêntrico, o qual prioriza certos problemas de investigação com base em aspectos da realidade social, utilizando diferente estrutura conceitual e técnicas específicas de coleta de informações. Segundo Carneiro (2005) e Curiel (2014), a hierarquização entre formas de conhecimento vai além da exigência de rigor, estando, histórica e intrinsecamente, vinculada a disputas de poder. De outra parte, o marco teórico sobre horizontalidade em pesquisa acadêmica baseia-se na indissociabilidade entre a teoria e a prática científica, tensionando a supremacia hierárquica da primeira (Corona Berkin; Kaltmeier, 2012).

Dessa forma, problematizamos nosso lugar de enunciação,<sup>2</sup> enquanto mulheres cis brancas, heterossexuais, urbanas e possuidoras do grau mais alto de formação acadêmica, assim como nosso compromisso com a vigilância e a explicitação das subjetividades, limitações e possibilidades inerentes à pesquisa social engajada. Com isso, não pretendemos dizer sobre como fazer pesquisa, mas contribuir para o debate sobre conhecimento situado consciente da colonialidade que permeia o trabalho científico. A inovação dessa contribuição radica em recuperar e amplificar os aprendizados resultantes da dinâmica de orientação de uma tese de doutorado em Ciências Sociais.

## O debate latino-americano sobre horizontalidade

Desde a década de 1990, abordagens estruturalistas, pós-coloniais e interacionistas questionam a representação e a autoridade da autoria. Nesse contexto, movimentos étnicos e de mulheres exploraram a lacuna entre o conhecimento produzido dentro e fora do campo científico para destacar a importância da ética e do diálogo socrático em pesquisa. Essa abordagem não se limita a falar sobre a alteridade ou a defendê-la, mas busca alcançar um entendimento fundamentado nas diferenças. Para isso, o ponto de partida é a busca pela troca horizontal, um ideal que exige reciprocidade e negociação contínua (Corona Berkin; Kaltmeier, 2012).

Os procedimentos metodológicos em chave de horizontalidade durante a pesquisa ou trabalho de campo se constroem com base nos seguintes pressupostos: i) os sujeitos que

<sup>1</sup> Agradecemos às pareceristas anônimas que revisaram a versão anterior deste artigo, nos brindando com seu tempo e suas preciosas reflexões. Pareceres como os que recebemos revelam o engajamento respeitoso e colaborativo.

<sup>2</sup> Não se refere, apenas, a uma interpretação com caráter determinístico ou individualizado, mas em entendê-lo como determinante histórico, político e social que localiza e sustenta relações hierárquicas suscetíveis de questionamento.

participam da pesquisa, sua agência e seu discurso tomam-se como ponto de partida; ii) conversa alterativa e iii) a reciprocidade como exigência concreta e cotidiana. Esses pressupostos implicam a vivência intensa de emoções, medos e anseios, e de reconhecer que as relações humanas como um todo, e especificamente as de pesquisa, são atravessadas pela dinâmica capitalista. Toda investigação social é atravessada pelos interesses de pesquisa, de quem investiga e, em alguma medida, de quem participa do estudo. Por isso, trata-se de assumir os interesses diversos como conflito fundador e, a partir daí, construir formas negociadas de enfrentamento (Corona Berkin, 2012).

O reconhecimento da agência e do discurso dos participantes da pesquisa como ponto de partida exige a conversa alterativa ou diálogo intercultural, respeitoso, solidário, afetivo e reflexivo. Quem fala, assim como quem ouve, se reveza traduzindo sua própria mensagem e a de outrem para, nesse movimento, avançar na construção de um entendimento alterativo.

Ele está voltado para o apreciar-escutar-perceber-observar coletivo – em que, ao contemplar, também se é contemplado – e para o refletir configurativo que envolve a problematização de sensações, saberes e práticas, a escrita do sentir-pensar coletivo. Não se trata, apenas, do diálogo como uma técnica de eficácia comunicativa, mas também como uma oportunidade de questionar conhecimentos, normas e práticas institucionalizadas (Corona Berkin; Kaltmeier, 2012).

Na pesquisa de campo, a abertura à alteridade e o desejo de conhecer implicam um processo de autoconhecimento e de abertura do saber próprio e de outrem, visando ser acessível a todos os participantes. Isso porque o discurso de outrem nos valoriza e nos define ao devolver um excedente, aquela parte que somente nós conseguimos apreender por meio do diálogo com a alteridade. Desse modo, a horizontalidade, ao promover a dialogicidade, contribui para completar e extrapolar entendimentos anteriores mediante o conhecimento mútuo, o confronto e da abertura com a alteridade. Quem pesquisa e quem participa de pesquisas que almejam a horizontalidade se coloca na fronteira discursiva de incorporar as vozes da alteridade à sua própria voz, mediante diversas linguagens, como as afetivas ou artísticas, abrindo espaço para o indizível.

A partir desse fato, a horizontalidade desvenda as relações de poder na pesquisa de campo e proporciona práticas investigativas em prol da reciprocidade e da autonomia de enunciação. O compartilhamento recíproco na perspectiva horizontal implica estabelecer condições investigativas rumo à autonomia. Como pesquisadoras sociais, é nossa responsabilidade estabelecer possibilidades de igualdade discursiva, questionando barreiras como: i) a hierarquia entre quem pesquisa e aqueles que participam, esses reconhecidos como especialistas e aqueles subalternizados na disputa por autonomia epistêmica; ii) o poder de decisão e codeterminação sobre objetivos de pesquisa, categorias de análise e de interpretação; iii) espacialidade da pesquisa ou definição de lugares de encontro para a pesquisa e iv) a expansão do conhecimento como horizonte exclusivo de quem pesquisa (Corona Berkin, 2012). Segundo Fernandez-Camacho (2021), o enfoque militante, ou, nesse caso, horizontal, almeja: a) a ênfase da importância ético-prática do conhecimento para a transformação; b) a implicação afetiva ou relações duradouras que ultrapassem os interesses investigativos fugazes e c) a participação coletiva na construção do saber.

Para tanto, a geógrafa canadense Yvonne Riaño (2016), Claudia Briones (2020) e Marcela Fernández-Camacho (2021) salientam que, na pesquisa acadêmica, os sujeitos se constroem conjuntamente, isto é, aqueles que investigam, assim como os que participam da pesquisa, se questionam e refletem, confrontando a clássica e inadequada separação entre este objeto de pesquisa. A horizontalidade incentiva a repensar as hierarquias científicas como as implícitas no binômio sujeito e objeto de pesquisa (Briones, 2020). Para romper com essa hierarquização, ao formular a pergunta de pesquisa, consideramos os interesses de quem participa da investigação juntamente a quem a conduz. Essa amplitude consensuada de interesses construída reciprocamente e em perspectiva dialógica tensiona a hierarquia-vertical que, historicamente, privilegia quem pesquisa (Corona Berkin, 2012).

Essa perspectiva de horizontalidade tensiona as expectativas de quem pesquisa perante os interesses de quem participa da pesquisa que “iluminam os caminhos a serem percorridos” (Briones, 2020, p. 62). Nas palavras da antropóloga portuguesa Paula Godinho (2019, p. 86), “escolho, e sou escolhida, por terrenos que convocam a minha responsabilidade, como se sucessivamente viessem ter comigo respostas a perguntas que nem tinha pensado fazer”. Para o pedagogo colombiano Alexander Ortiz e a educadora colombiana María Arias (2019, p. 9), a deshierarquização da produção do conhecimento exige um desprendimento epistemológico para corrigir os “desdobramentos do legado colonial”. Essa arrogância acadêmica que catapultou a superioridade do conhecimento científico é compelida a reconhecer, recentemente, que os “conceitos dos interlocutores [muitas vezes] dão conta de certas dinâmicas que as teorias antropológicas [e das ciências sociais e humanas] disponíveis não conseguiram apreender” (Briones, 2020, p. 65).

Tavares (2020), cientista social indígena Sataré-Mawé, debruça-se sobre sua trajetória acadêmica desde a graduação até o doutorado, retomando sua vivência como guia<sup>3</sup> na floresta amazônica brasileira em contexto de pesquisa científica. Para a autora, o lugar de guia que lhe foi designado representa, nitidamente, as relações de verticalidade acadêmica perante os conhecimentos indígenas erroneamente situados como mera fonte de informações sobre a diversidade. Mediante essa hierarquização, se negam alteridades epistemológicas<sup>4</sup> sem as quais o campo científico estaria fadado à esterilidade. Para Tavares (2020), em contextos globalizados, a hierarquização atravessa as relações intelectuais de subordinação do conhecimento produzido na América Latina perante aqueles da Europa ou dos Estados Unidos, assim como os saberes produzidos por sujeitos amazônicos perante os da intelectualidade brasileira. Assim, interpelamos a pergunta: “pode o subalterno falar?”, de Gayatri Spivak (2010), indagando se “pode a metrópole/academia ouvir?”, mudando o foco para a capacidade do campo científico de escutar, refletidamente, os enunciados subalternizados em detrimento da procura obcecada por respostas para questionamentos predefinidos.

Alves (2019, p. 89), antropóloga indígena Kariú Kariri, a partir de sua experiência acadêmica, destaca a violência epistêmica constitutiva dos espaços de ensino-aprendizagem brasileiros. Reflete sobre os momentos em que se viu forçada a “abrir a cabeça para o ‘real’ conhecimento” e negar a si mesma perante o estatuto de “superstição” imposto à sua cultura, aos seus valores e às suas tradições. A autora defende, assim, a importância de demarcar também o “território epistêmico na universidade, para que o conhecimento acadêmico se construa de maneira pluriépistêmica”, o conhecimento ocidental em diálogo horizontal com as ontologias epistêmicas de cada povo indígena ou grupo subalternizado.

O incômodo latino-americano com as relações hierarquizadas na produção de conhecimento antecede o debate sobre horizontalidade, como observado na produção teórica sobre a dependência, a teologia da libertação, a ciência popular, a *Investigación Acción Participativa* (IAP); e, mais recentemente, na noção de “intelectual anfíbio”, de Svampa (2008) e de ciências sociais por demanda de Segato (2012). Nas referidas teorias, são analisadas as relações de poder entre países que não se limitam a uma hierarquia vertical centro-periferia, considerando, também, a dependência e influência recíproca ou horizontal entre países e grupos sociais. Isso porque a dependência não diz, apenas, sobre a submissão de um país a outro, mas sobre as inter-relações e influências mútuas no sistema global.

A teologia da libertação, ponto de partida obrigatório da genealogia metodológica latino-americana, segundo a socióloga peruana Inés Cornejo (2020), assumiu o esclarecimento da consciência como fundamento da releitura do evangelho em condições históricas e políticas concretas. A argumentação sociopolítica sobre a injustiça social se tornou problema social impostergável, estimulando o esforço intelectual mediante consignas de ação e reflexão a partir de noções marxistas e da teoria da dependência. Essa última teoria repensou os modelos de desenvolvimento externos, apontou suas incongruências e silenciamentos a partir da perspectiva histórica, social e política da ideia de centro-periferia focada nas realidades latino-americanas.

A noção de ciência popular do sociólogo colombiano Orlando Fals-Borda (1987, p. 70, tradução livre), da qual deriva a IAP, também ecoou na Teoria da Dependência para explicitar, pioneiramente, que a hierarquia nas relações de pesquisa constitui falta de rigor analítico. Para o autor, o conhecimento empírico, prático e de sentido comum dos povos constitui um domínio ancestral, cultural e ideológico eficaz para interpretar a natureza e seus recursos. Dita ciência “tem sua própria racionalidade e estrutura de causalidade”, embora codificadas fora das regras e critérios científicos dominantes, e seu mérito e validade são demonstráveis.

A ideia de intelectual anfíbio de Svampa (2008) denota a capacidade de trânsito entre o campo científico e outras esferas da vida social, gerando vínculos e solidariedades. Trata-se de tensionar a negação da dimensão política do fazer científico e de nutrir de rigor acadêmico e de reflexão crítica as ações da investigação militante. Dessa forma, assim como os anfíbios interagem com diferentes ambientes sem mudar sua natureza, ao intelectual anfíbio corresponde politizar seu fazer acadêmico, conservando a criticidade no âmbito militante.

Já a ideia de antropologia por demanda de Segato (2012) propõe inverter a lógica de produção de conhecimento, em que os objetivos e focos de pesquisa são determinados, unicamente, pelas pesquisadoras. Assim, na antropologia por demanda, a pesquisadora se coloca à disposição de sujeitos subalternizados como movimentos sociais. A autora trata, em especial, de suas relações com grupos de indígenas mulheres, para contribuir na produção de pesquisa em temas de seu interesse. Corona Berkin (2012) adverte que tanto as demandas diretas como as indiretas não finalizam a violência da intervenção hierárquica por parte daqueles que conduzem a pesquisa. Quando não há uma demanda explícita, a justificativa ética da pesquisa

<sup>3</sup> Denota o aprofundado conhecimento espacial, sociocultural, étnico-político e ecológico que detém sobre essa região.

<sup>4</sup> Enfatiza que as seculares resistências negras e indígenas produziram e produzem pensamento crítico e ação transformadora sobre suas realidades.

é questionada à luz da perspectiva da horizontalidade. Apesar dos esforços relativamente recentes, os pressupostos dominantes do trabalho de campo, em pesquisa social, continuam confirmando a assimetria da intervenção científica, uma vez que as identidades dos envolvidos, as categorias e a teoria são informadas pelos mecanismos hegemônicos do campo científico.

De todo modo, a genealogia da crítica à hierarquização-verticalidade, bem como à proposta de horizontalidade, caracteriza-se pelo esforço de contextualização sócio-histórica e geopolítica desse desenvolvimento teórico-metodológico no pensamento latino-americano. A busca por conhecimento próprio sobre a nossa realidade, atrelada aos legados e aos condicionamentos coloniais e modernos esteve, habitualmente, presente na agenda intelectual latino-americana. Porém, essa reflexividade é heterogênea, isto é, não alcança todas as propostas de indagação epistêmica, tampouco todos os condicionamentos sociais e intelectuais (Claribel Vasallo, 2022). Tornar as nossas práticas intelectuais objeto de estudo requer contribuir para desconstruir subjetividades subordinadas e construir condições epistêmicas de indagação de pressupostos legitimados.

## Horizontalidade e pesquisa em chave feminista

“O método feminista expressa, explicitamente, a relação entre política e ciência [e] está empenhado em melhorar a condição de subalternidade das mulheres” (Bartra, 1999, p. 68, tradução livre). Quanto às características específicas desse método, destaca-se, por exemplo, “o ponto de vista feminista” – mencionado no singular, ainda que coexistam distintos feminismos – para evidenciar a existência de diferentes formas de compreender um fenômeno social. Esses pontos de vista constituem, sobretudo, o ponto de partida de um percurso construído ao longo do desenvolvimento da investigação. Esse processo de pesquisa tem início com a formulação de questões simples, frequentemente desconsideradas por outros enfoques, como: onde estão as mulheres? ou como as relações de gênero influenciam a realidade observada? (Bartra, 1999).

O método feminista, assim como os feminismos, movimento de ação política e perspectiva teórico-metodológica, questiona as relações hierárquicas no fazer científico (Marta Narvaz; Silvia Koller, 2006). Indaga sobre o que é, quem o produz, como é produzido e quais as formas de divulgação e apropriação do conhecimento. Ao negar a existência de conhecimento universal e neutro, interpela a perspectiva do homem branco, burguês, urbano e heterossexual como único sujeito epistêmico. Ao partir da premissa de que a forma como problematizamos uma questão de pesquisa acadêmica influencia, diretamente, os modos de condução da investigação, destaca-se a importância da vigilância para o processo de produção do conhecimento – desde a coleta de informações, a geração e análise de dados, até a divulgação dos resultados, a apropriação social do saber e seus desdobramentos. Dado o contexto do capitalismo cognitivo (Andressa Pires; Sostenes Lima, 2020), o último aspecto, relativamente negligenciado da reflexão, demanda esforços redobrados na perspectiva da função social do trabalho acadêmico.

A preocupação teórico-metodológica central dos feminismos consiste em desvelar as relações de gênero a partir das experiências de mulheres, visando incidir na transformação das desigualdades sociais baseadas na diferença dos sexos, como aquelas vinculadas à divisão sexual do trabalho. Em relação à produção de conhecimento, os feminismos refletem sobre as desigualdades de gênero presentes nos espaços de enunciação e, conceitualmente, tensionam os arcabouços sustentados pelos binômios universal/específico, racional/emocional, corpo/mente e homem/mulher. Especificamente, as feministas contra-hegemônicas – decoloniais, negras e indígenas – complexificaram a temática ao tensionar as relações de pesquisa, com o objetivo de tornar igualmente relevantes as perspectivas das sujeitas que participam da investigação e das pesquisadoras que a conduzem (Narvaz; Koller, 2006). A problematização do valor epistemológico do diálogo, assim como da posição discursiva das sujeitas nas relações de pesquisa, decorre das revisões político-epistemológicas que contestaram os dualismos mencionados e a verticalidade na produção de conhecimento (Gustavo Blázquez, 2020).

Carneiro (2005), filósofa negra brasileira, questiona as imbricações raciais da polaridade pesquisadora e pesquisada. As pessoas negras, assim como as indígenas e de outros grupos subalternizados, foram historicamente reduzidas à condição de objeto de conhecimento devido ao racismo colonial persistente na América Latina. Nesse contexto, seu lugar epistemológico e ontológico foi sistematicamente negado, mesmo quando as relações raciais se tornaram o foco das discussões. Assim como Tavares (2020), Carneiro questiona a subordinação das mulheres negras como fontes de dados, mas não produtoras de conhecimento.

Segundo Carneiro (2005), há um falso dualismo no confronto entre o binômio intelectual acadêmico e intelectual militante, resultante da construção hierárquica entre essas duas esferas. Grande parte da intelectualidade negra se situa como intelectuais militantes, uma vez que o campo científico lhes foi negado historicamente. Dessa forma, ao sobrepor a intelectualidade acadêmica à militante, invisibilizam-se as imbricações enraizadas no racismo, disfarçadas de

purismo acadêmico. Sem recorrer ao conceito de horizontalidade, reverbera em favor de uma menor verticalização na produção do saber.

A colonialidade de gênero, termo cunhado por Lugones (2014), demonstra a imbricação de gênero e raça no projeto colonizador, como construto teórico para iluminar a redução e a desumanização de sujeitas subalternizadas, seus conhecimentos, valores e culturas como irracionais, selvagens e inválidos. A construção do chamado *locus fraturado* refere-se à enunciação epistemológica de subjetividades e intersubjetividades de mulheres subalternizadas. Ao considerarem que toda situação de opressão gera violência, mas também resistências, as metodologias feministas decoloniais procuram evidenciá-las mediante a intersubjetividade historicizada (Lugones, 2014).

O feminismo decolonial alerta, ainda, para a importância de ir além do questionamento ao lugar enunciativo, chamando atenção para as inter-relações entre gênero, raça, classe e sexualidade. A busca pela horizontalidade epistemológica e pela superação da ideia de sujeito universal da ciência exige considerar essas inter-relações de modo a incidir no projeto silenciador patriarcal, racista e colonial. Isso implica questionar como produzimos conhecimento, com que finalidade, a qual projeto político estamos alinhadas e, por fim – ainda que não menos importante – em quais marcos institucionais essa produção ocorre (Curiel, 2014).

Segundo Curiel (2014), uma metodologia feminista decolonial implica mais do que citar mulheres subalternizadas, e requer entendê-las e reconhecê-las como produtoras de conhecimento. A legitimação de saberes e experiências subalternizadas – que emergem, em sua maioria, de forma coletiva – permite evidenciar seu potencial na produção de conhecimento generalizável, não com o propósito de universalizar experiências, mas de expor o equívoco de subordiná-las com o argumento de seu caráter localizado ou individual. Esse deslocamento, ainda que incipiente, contribui para o esforço de compreender que os marcos institucionais se desdobram em privilégios materiais e simbólicos, os quais, por sua vez, sustentam relações hierárquicas no campo científico. Para Rodríguez (2014), as perspectivas feministas atentam para a importância de se observar o corpo como o suporte de práticas de dominação, mas também de resistência. É no corpo onde se encontram o social, o individual, a natureza, a cultura, o psicológico e o simbólico, o econômico e o político. Nele tomam forma as experiências de classe, gênero, raça, etnia e sexualidade. Essa divisão entre corpo/mente, imposta pelo pensamento colonial, naturaliza o distanciamento de nossas experiências corporais, silenciando-o como lugar de enunciação e de conhecimento. Para além disso, ao corpo feminino e subalternamente racializado foi relegado um lugar de subordinação e controle, sendo considerado útil, apenas, no desempenho de papéis reprodutivos em condições de subordinação sexual (Rodríguez, 2014). A centralidade das experiências corporais, nas abordagens feministas, se pauta como resistência ativa à lógica colonial de produção de conhecimento a fim de revelar vivências não ditas e espaços silenciados historicamente.

As metodologias feministas defendem que teoria-prática e corpo-mente não são componentes binários e instâncias inseparáveis na construção do saber, mas uma “relação entre o fazer e o pensar e o caminho contrário: o pensar desde o fazer. Desse modo, se conjuga a experiência do conhecer fazendo, do produzir conhecimento articulando teoria e prática” (Curiel, 2014, p. 57, tradução livre). Dessa forma, a verticalidade no fazer pesquisa também é tencionada, uma vez que a hierarquia implícita nos papéis tradicionalmente impostos à pesquisadora como única responsável por produzir teoria e as interlocutoras como mera fonte de dados é questionada pela perspectiva feminista de pensar desde o fazer e correlacionar as instâncias do fazer e do pensar.

Para encerrar esse subtítulo, é pertinente referir a genealogia em chave feminista como uma estratégia teórico-metodológica e ético-política de recuperação dos legados das mulheres em várias esferas da vida social. Epistemologicamente, a genealogia é um convite a revisitar o pensamento e a ação política das mulheres para promover a inflexão do poder patriarcal. Ao optar pela abordagem histórica da dominação patriarcal e seus desdobramentos no ocultamento deliberado da presença e potência das mulheres na história, essa genealogia-memória constitui um trabalho de compilação dos aportes dispersos e um exercício de inerente tensão e provisoriedade, que se debruça no presente com consciência do passado (Alejandra Restrepo, 2016).

## **Em busca da horizontalidade: nossa vivência de tensão das relações hierárquicas de pesquisa**

Indígenas mulheres conferencistas do 1º Congresso Brasileiro de Acadêmicos, Pesquisadores e Profissionais Indígenas, bem como da 1ª, 2ª e 3ª Semanas dos Acadêmicos Indígenas da UnB – eventos realizados em 2009, 2010, 2016 e 2017 (Ruano-Ibarra; Oliveira, 2020) – e das pesquisas realizadas em contextos brasileiro e boliviano (Ferro, 2019; Ferro, 2023), interpelaram-nos com expressões como: “por que cientistas brancos encaram os povos indígenas

como objeto de pesquisa?"; "por que continuam fazendo pesquisa sobre nós quando já temos cientistas dos nossos povos?"; "por que não fazem pesquisa social sobre vocês?" e "por que não experimentam ser seus próprios objetos de pesquisa?". A partir dessas indagações, fomos compelidas a repensar os problemas das pesquisas em andamento à época (Ferro, 2019; Ruano-Ibarra; Oliveira, 2020; Ferro, 2023). Para tanto, a apropriação do debate sobre horizontalidade, abordagem crítica que desnuda as hierarquias na produção de conhecimento, instigou um posicionamento reflexivo sobre nossas próprias formas de fazer pesquisa e sobre a reprodução, habitualmente irrefletida, de exclusões e de silenciamentos.

O referencial teórico de nossas pesquisas já salientava as desigualdades da colonialidade de gênero (Lugones, 2014; Segato, 2012), entretanto, as contribuições de autoras indígenas ainda não tinham lugar relevante nesse arranjo. Essa ausência das indígenas mulheres como sujeitas epistêmicas constatou a denúncia de Tavares (2020) e Carneiro (2005), que interpelou às Ciências Sociais por subalternizar os povos negro e indígenas à condição de fonte de informações (Ferro, 2019; 2023). Tal reflexão não surgiu de iniciativa única de abstração teórica, mas da interpelação nas relações em campo com as indígenas, seja das provocações mencionadas anteriormente, em contextos diversos, como também da constatação das limitações da bagagem teórica acumulada para compreender a problemática social investigada.

Exemplo disso é a discussão sobre a violência contra as indígenas mulheres, apresentada por Samantha Ro'tsitsina Xavante, conhecida como Tsitsina Xavante, graduada em Serviço Social e mestra em Desenvolvimento Sustentável, durante a Plenária de Mulheres Indígenas do Acampamento Terra Livre (ATL<sup>5</sup>) de 2019: "dizer que nós mulheres indígenas não enfrentamos violência é mentira. Sim, existe, só que às vezes é uma violência velada (...) a violência não foi deixada pelos meus ancestrais (...) não pode ser vista como algo normal". Recebemos, com estranhamento, essa abertura de debate sobre a violência contra as indígenas mulheres, assunto considerado *tabu* ou pouco abordado na pesquisa social.

Essas constatações no trabalho de campo e a incorporação de conceitos cunhados por autoras indígenas (Lorena Cabnal, 2010; Adriana Arroyo-Guzman; Julieta Paredes, 2014; Celia Correa, 2018) evidenciaram que qualificar um assunto como *tabu* destaca a verticalidade interpretativa. Outro exemplo é como algumas indígenas de organizações coletivas reconceituam termos como "empoderamento" e "violência contra mulheres" a partir de seus próprios marcos interpretativos comunitários e interculturais, e, desse modo, incursionam o debate sobre desigualdades de gênero. Conforme documento da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB, 2019, p. 1), "para mulheres indígenas, empoderamento é lutar por seus territórios (...) o empoderamento das mulheres indígenas está inserido em uma visão de mundo coletiva e cíclica, em que mulheres, homens e natureza coexistem desta e das próximas gerações".

Nesse sentido, a procura das contribuições teórico-metodológicas de autoria indígena para reformular o debate teórico de nossas pesquisas, em andamento naquele momento, consistiu em tarefa complexa, dada a invisibilidade decorrente da imposição canônica<sup>6</sup> sobre as contribuições produzidas por mulheres subalternizadas. Por outro lado, nosso treino intelectual, mediante consumo quase exclusivo de textos considerados "clássicos", se desdobra em dificuldades de compreensão da escrita de mulheres sujeitas subordinadas. Como alertou a crítica literária canadense Mary Louise Pratt (2000, p. 72): "para compreender a escritura não canônica, é necessário aprender a lê-la". Disso se apreende a dupla exclusão, e as contribuições acadêmicas de autoria de sujeitos e grupos sociais subalternizados podem parecer "carecer de rigor" para quem somente consegue interpretar as contribuições legitimadas pelo cânone.

A pesquisa produzida (Ferro, 2023) possibilitou à orientanda e à orientadora vivenciarem, na prática, como a teoria influencia a metodologia. A redefinição do problema de pesquisa mediante a apropriação dos conceitos de amansamento<sup>7</sup> (Correa, 2018) e de corpo-território<sup>8</sup>

<sup>5</sup> Trata-se de uma concentração multitudinária dos dirigentes das organizações indígenas regionais que compõem a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) [...] A Esplanada dos Ministérios na capital brasileira tem sido o principal local de concentração do ATL. Segundo os indígenas, mediante o ATL conseguem "tornar visível a situação dos direitos indígenas e reivindicar do Estado brasileiro o atendimento das demandas e reivindicações" e facilita "o intercâmbio de realidades e experiências tão distintas, a identificação dos problemas comuns, a definição das principais demandas e reivindicações, e a deliberação sobre os eixos programáticos e ações prioritárias" (Ruano-Ibarra, 2023, p. 132-133).

<sup>6</sup> Os cânones operam como estruturas de exclusão – conscientes ou inconscientes – sustentadas por razões extraintelectuais e por preconceitos que impedem a incorporação de contribuições que, embora atendam aos critérios do estatuto canônico, são desconsideradas. Por exemplo, o androcentrismo deslegitima obras de autoria feminina ao não as reconhecer como produções de sujeitos epistêmicos.

<sup>7</sup> Ressignificação nativa e territorializada da educação e da escola que visa superar o caráter colonial que prioriza a escrita sobre a oralidade e a teoria sobre a prática cotidiana. O amansamento implica mobilizar, em benefício próprio, outros conhecimentos, sem renunciar à cultura indígena; configura-se como uma estratégia de resistência, sobrevivência e subversão indígena.

<sup>8</sup> A respeito do conceito de corpo-território, as múltiplas violências e a exploração dos corpos e dos territórios se entrelaçam. A exploração extrativista capitalista da natureza é concebida como uma violência contra a mãe terra e, por conseguinte, contra os povos indígenas, especialmente as mulheres, uma vez que esses povos possuem uma compreensão não binária entre seres humanos e natureza.

(Cabnal, 2010), ambos de autoria de intelectuais indígenas, exigiu a reestruturação do desenho metodológico e a mudança das técnicas de aproximação empírica, de categorização e de análise dos dados empíricos e, inclusive, da configuração da banca de defesa.<sup>9</sup> Ao impactar o cronograma de pesquisa, dimensão fundamental do processo de pesquisa, foi fundamental observar essas novas dinâmicas em prol da horizontalidade. Nos mantermos nesse propósito exigiu vigilância e conscientização sobre a importância desse processo analítico a partir das nossas práticas. Nas palavras da antropóloga brasileira Débora Diniz (2012, p. 42), trata-se de estimular o “senso de suspeita sobre o que acreditamos já saber” ou de suspeitar do respeito gratuito pelo conhecido.

A triangulação das técnicas de pesquisa de observação participante presencial, observação *online*, análise documental e a revisão bibliográfica fundamentou o procedimento da pesquisa (Ferro, 2023), visando reduzir vieses na coleta e na análise. Ela é eficaz porque pode revelar a compatibilidade, em maior ou menor grau, entre os dados reportados por cada técnica metodológica utilizada. Possibilita, ainda, a complementação dos resultados, devido ao caráter parcial das observações obtidas por meio de determinada técnica, quando aplicada às fontes empíricas específicas (Uwe Flick, 2019; Marcelo Zappellini; Simone Feurschutte, 2015).

O trabalho de campo (Ferro, 2023), especificamente a observação participante, a pesquisa documental e a produção de dados empíricos, ocorreu durante 2019 e 2020, este sendo o primeiro ano da crise sanitária decorrente da pandemia de coronavírus causada pelo SARS-CoV-2. O isolamento e a restrição à mobilidade e ao deslocamento geográfico decorrentes dos protocolos da Organização Mundial da Saúde (OMS) exigiram adequações ao cotidiano da vida social e da pesquisa. Diante do entrave em continuar a observação participante presencial, optamos pelo acesso digital mediante plataformas de transmissão *online* de eventos realizados por indígenas mulheres ou dos quais elas participavam. Privilegiamos eventos organizados ou protagonizados por indígenas mulheres, e o recorte ocorreu com a participação, majoritariamente, de jovens que possuem educação superior e engajamento com organizações e movimentos desses povos por intermédio de redes sociais.

No entanto, ressalta-se que a mobilidade restrita para desenvolvimento de pesquisa social já era uma condicionante de preocupação, dada a precarização do orçamento público para pesquisa que ganhou novos contornos nos últimos anos. A Emenda Constitucional (EC) 95, de 2016, conhecida como PEC do teto de gastos, durante o governo interino de Michel Temer (2016-2019), implicou o congelamento dos investimentos públicos na área da educação por duas décadas, entre 2018 até 2036 e, consequentemente, no âmbito da pesquisa acadêmica. A desvalorização das universidades públicas, e em especial de áreas como das Ciências Sociais, se aprofundou durante o (des)governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) (BBC News Brasil, 2019). Tal situação se exemplifica com os sucessivos cortes de orçamento sofridos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) durante o período (Mariana Daixum, 2021).

Tal contexto de desestímulo financeiro à pesquisa restringiu as possibilidades de utilização de outros arranjos metodológicos que pudessem incorporar deslocamentos contínuos da cidade de residência das pesquisadoras. No entanto, residir na capital federal brasileira se revelou uma condição propícia para a abordagem do problema de pesquisa. Isso porque importantes mobilizações indígenas de abrangência nacional ocorrem em Brasília, como o Acampamento Terra Livre (ATL) e as Marchas de Mulheres Indígenas. Nesses espaços, também podem ser prestigiadas interlocuções com organizações indígenas de outros países da região (Bolívia, Peru e México), como ocorreu no 15º ATL, em 2019.

Consoante esse contexto, em 2020 cresceu, significativamente, a oferta de eventos *online* em decorrência dos empecilhos aos deslocamentos geográficos impostos pelos protocolos de controle sanitário à pandemia por Covid 19. As organizações indígenas, ao se depararem com as restrições ao deslocamento geográfico que impediam encontros presenciais, rapidamente adaptaram suas mobilizações para o âmbito digital na internet, como foi o caso do 16º ATL, em 2020. Essa conjuntura emergencial permitiu a observação de eventos que, nas condições de limitação orçamentária referida, talvez não fossem possíveis. Dessa maneira, o debate sobre etnografia digital e pesquisa social mediado digitalmente, pouco valorizado antes do contexto pandêmico, se tornou central na redefinição da abordagem de pesquisa.

Ressalta-se a relevância desses novos espaços de mobilização, em especial a partir da chamada *web 2.0*.<sup>10</sup> A concepção de um “mundo da internet” como dimensão à parte do

<sup>9</sup> Da banca do exame de defesa da tese de doutorado (Ferro, 2023) participou como examinadora a professora doutora em Antropologia Eliane Boroponepá Monzilar, da etnia Balatiponé Umutina, primeira indígena antropóloga formada na UnB. A efetivação da participação de mulheres indígenas como membros de bancas acadêmicas é uma dinâmica desafiadora, dada a ainda reduzida quantidade de indígenas com título de doutorado, requisito imprescindível da CAPES, além das dificuldades relacionadas à infraestrutura de telecomunicações nas regiões de residência em territórios indígenas.

<sup>10</sup> Designa uma segunda geração de tecnologias da informação e serviços oferecidos na internet, a partir de 2004, por exemplo, as chamadas redes sociais.

“mundo analógico” e delimitado tem se revelado um tipo de interpretação insuficiente para a compreensão atual. A digitalização do cotidiano e a interdependência entre o presencial e o *online* revelam que as delimitações fronteiriças entre essas esferas perdem cada vez mais a função interpretativa (Carolina Di Prospero; Daniel Daza Prado, 2019). Nesse contexto, ignorar ou menosprezar a utilização das tecnologias digitais na produção de conhecimento científico constitui uma espécie de saudosismo analógico pouco profícuo. A internet passou a ser entendida como um lugar de enunciação política e construção de identidades, desvendando o equívoco de análises fincadas em um suposto ativismo “puro ou autêntico” atribuído às trocas presenciais, o que se torna mais latente quando se observam mobilizações indígenas. Concomitantemente, o ativismo mediado pela internet legitimou sua autenticidade e eficácia (Oscar Grillo, 2019). É evidente que essa forma adicional de mobilização impõe algumas condicionantes observadas durante a pesquisa, como a predominância de indígenas mais jovens, tempo de fala mais restrito, dificuldades de conectividade que influenciam a participação e o menor espaço para os cantos e manifestações culturais indispensáveis nos encontros presenciais (Ferro, 2023).

Dessa forma, articulou-se a observação *online* com as observações presenciais anteriores ao contexto pandêmico. A participação na 1ª Marcha das Mulheres Indígenas brasileiras, realizada em Brasília, em 14 de agosto de 2019, permitiu compreender que, mediante experiências coletivas, as indígenas mulheres reelaboram as históricas violações e silenciamentos que vivenciam. Assim, se depreende, do apontamento de Shirley Djukurnã Krenak (2020), importante representante indígena brasileira durante o evento, que “a marcha foi como tirar uma mordida das indígenas de mais de 500 anos”. A metáfora da mordida refere-se aos diversos padrões de violências, desde os físicos como os simbólicos, vivenciados pelas indígenas mulheres. Tal exemplo denota a importância de, ao analisarmos experiências de mulheres, ser necessário considerar tanto os “ditos como os não ditos” devido aos silenciamentos históricos incorridos a essa parte da população (Rodríguez, 2013). O enquadramento na perspectiva da horizontalidade e de metodologias feministas contribui para a sensibilização desses propósitos.

Articulado a isso, analisaram-se, na pesquisa, fontes documentais primárias que versavam sobre a participação das indígenas mulheres como sujeitas políticas nos contextos analisados. O escopo documental ocorreu entre 2017 e 2020, com enfoque em 27 fontes oriundas de organizações indígenas, de Organizações Não Governamentais (ONG) parceiras dos movimentos indígenas e de autoria de indígenas mulheres (Ferro, 2023). Cellard (2008) orienta como os documentos podem aparecer como fontes de informação, por sua possibilidade de consulta em momento variável e o fato de, em algumas situações, constituírem o único registro de atividades e momentos relevantes. Entretanto, a técnica exige cuidados analíticos próprios, devido, principalmente, ao seu caráter de produção ser diverso, e não necessariamente seguir crivos sistemáticos e objetivos da intenção acadêmica. Ademais, diferente de outras formas de coleta de dados, como as observações diretas, não permite a interação construtiva, sendo preciso “aceitar os documentos [e informações] que se tem” (André Cellard, 2008, p. 298).

Por outro lado, em uma perspectiva de horizontalidade, a análise documental em relação a outras técnicas consolidadas nas Ciências Sociais apresenta caráter não intrusivo singular. Comparando-a à técnica tradicional de catação de frutos e sementes, defendemos sua importância como posicionamento ético-político, voltado para valorizar a relevância de conteúdos produzidos para além do campo científico, escritos e audiovisuais, produzidos pelos sujeitos de pesquisa. Por terem sua importância muitas vezes negada, são pouco difundidos cientificamente. Desse modo, tornando-os fonte de pesquisa social, contribuímos para amplificar sua mensagem.

A pesquisa concluída, voltada para compreender as dinâmicas de estudantes indígenas em universidades públicas brasileiras, também se fundamentou na triangulação das técnicas de pesquisa: a observação participante, pesquisa e análise documental e revisão bibliográfica (Ruano-Ibarra; Oliveira, 2020). Participamos do 1º Congresso Brasileiro de acadêmicos pesquisadores e profissionais indígenas (2009), das 1ª, 2ª e 3ª Semanas dos acadêmicos indígenas (2010, 2016 e 2017), realizados na Universidade de Brasília (UnB), compreendendo-os como espaços de debate sobre as assimetrias e o lugar dos povos indígenas no Ensino Superior que oportunizam certa visibilidade à persistência dos percalços para sua permanência nas instituições universitárias.

Nosso ponto de partida teórico foram as contribuições indígenas que, desde a década de 1990, se debruçam na reivindicação do direito à educação. Os resultados da pesquisa foram apresentados em espaços acadêmicos que contavam com, pelo menos, um intelectual indígena como debatedor. Uma avaliação encorajadora veio do antropólogo brasileiro do povo Tuxá, Felipe Cruz, que destacou o tratamento respeitoso outorgado às narrativas indígenas com as quais dialogamos no texto em questão (Ruano-Ibarra; Oliveira, 2020). Em retrospectiva, refletimos que o respeito aludido se refere ao nosso reconhecimento da agência epistêmica das pessoas indígenas universitárias e do nosso lugar enquanto aprendizes nesse campo de estudos.

O ainda tímido deslocamento alcançado nas nossas práticas visando a relações de pesquisa menos hierarquizadas pode mostrar-se mais nitidamente ao compará-lo com pesquisas desenvolvidas quando desconhecemos o debate sobre horizontalidade. A pesquisa de mestrado, realizada entre 2007 e 2008, objetivou compreender a expansão do plantio de papoula em territórios indígenas na Colômbia. Metodologicamente centradas na abordagem etnográfica, priorizamos as entrevistas com lideranças indígenas que promoviam a erradicação voluntária desse cultivo, sem nos deter na busca por contribuições de intelectuais indígenas sobre o fenômeno. O interesse pela historicidade desse problema possibilitou identificar e incorporar estudos realizados por intelectuais indígenas, diretamente relacionados ao tema ou que, ao se dedicarem à ideia de terra-território, ampliaram a compreensão das pesquisadoras iniciantes (Ruano-Ibarra, 2008). A *posteriori*, dessa pesquisa se depreende o ganho epistêmico decorrente da compreensão da mobilização indígena em molde contra-hegemônico, isto é, considerando as contribuições teóricas desses povos.

A pesquisa de mestrado, realizada entre 2017 e 2019, também evidenciou a verticalidade em seu desenvolvimento, perceptível no silenciamento irrefletido quanto às contribuições de intelectuais indígenas no referencial teórico e na relativa ausência das percepções indígenas, apesar da realização de entrevistas com mulheres indígenas (Ferro, 2019). As narrativas dessas mulheres foram apropriadas, primordialmente, para reafirmar as questões previamente formuladas pela pesquisadora, e não a partir de uma perspectiva dialógica, o que reflete a natureza verticalizada da pesquisa. Não houve o repensar do problema de pesquisa e referencial teórico com base nas interações com as interlocutoras indígenas, como ocorreu na pesquisa posterior. Tal situação pode ser entendida como mera inexperiência, mas a reflexão sobre a prática indica que a apropriação do debate sobre horizontalidade faz com que essa fraqueza seja cogitada como problema intrínseco do fazer pesquisa que deve ser constantemente refletido.

A pesquisa de doutorado, realizada entre 2009 e 2013, também foi amparada na triangulação entre entrevistas com lideranças, observação participante, pesquisa e análise documental e revisão bibliográfica (Ruano-Ibarra, 2013). Ao refletir sobre essas práticas, reconhecemos a verticalidade do referencial teórico. Inexistiu o questionamento sobre a existência de contribuições sobre o tema desenvolvidas por indígenas. De fato, a sistematização das formas que compõem os repertórios de protesto foi alimentada por depoimentos indígenas, porém subordinada ao caráter probatório do argumento das pesquisadoras, em conformidade com a tradição hegemônica da pesquisa social.

Como dito nas páginas anteriores, a reflexão apresentada é fruto do encontro intelectual propiciado pela relação de orientação de uma pesquisa de doutorado finalizada em 2023. Há, ainda, pouca bibliografia desenvolvida sobre o processo de orientação de pesquisas de pós-graduação *lato sensu* como objeto de reflexão sociológica (Ana Machado, 2002). A experiência de orientação revela sua riqueza quando estimula divergências passíveis de demonstração teórica ou factual, porém, não raro, fica restrita ao esforço de aprimoramento da expressão escrita da pesquisadora novata (Cláudio Castro, 1978). Concordamos com Diniz (2012) que a relação de orientação é uma experiência singular de cruzamento intenso de duas trajetórias intelectuais em que podem aflorar sentimentos de angústia partilhada e inquietações repetidas. Dessa forma, nosso encontro no processo de orientação permitiu refletirmos em conjunto sobre a hierarquização das relações de pesquisa. Podemos dizer que os obstáculos epistemológicos para renunciarmos à verticalidade na produção de conhecimento se configuraram, proficuamente, para refletirmos sobre nossas práticas, em pesquisas concluídas, atuais e futuras.

## Considerações finais

A partir dos empecilhos para nos apropriarmos da perspectiva de horizontalidade em pesquisa social, nas circunstâncias singulares da experiência de orientação de uma pesquisa de doutorado, refletimos sobre nossas práticas. Partimos do nosso movimento de apoderamento do debate sobre horizontalidade em combinação com aportes feministas. O resgate bibliográfico dessas contribuições latino-americanas, presentes desde os anos 1960, priorizou as autorias de mulheres e outros sujeitos epistêmicos subalternizados, como os povos indígenas. Essa aproximação bibliográfica nos instigou a ponderar que, além da obrigatória coerência do referencial teórico, é imperativa a eticidade em sua construção. Isto é, carece de rigor científico uma abordagem teórica que desconsidere as contribuições epistêmicas dos sujeitos que encarnam a problemática de pesquisa em questão.

A reflexão sobre a análise documental como técnica privilegiada de pesquisa contribui com o questionamento à hierarquização na produção de conhecimento. A apropriação de documentos, produzidos pelos movimentos de indígenas mulheres sem intuito acadêmico, se aproxima das abordagens não extrativistas, ao mesmo tempo que valoriza conteúdos indígenas pouco difundidos no campo científico. A complexidade desse exercício radica em treinar a

escuta para considerar a legitimidade do que emerge na interação com esses sujeitos, mesmo quando implique renunciar aos pressupostos de pesquisa.

A vigilância se torna, portanto, uma constante necessária em nossas experiências como pesquisadoras brancas, diante de temas relacionados às indígenas mulheres. Tal exercício necessita de flexibilidade, inclusive temporal, como discutido ao tratarmos da necessidade de reestruturar o problema de pesquisa e o referencial teórico. A relação entre orientadora e orientanda também exigiu um esforço para amenizar a hierarquia, permitindo reflexão conjunta.

## Referências

ALVES, Lidiane. "Reivindicando o território epistêmico: mulheres negras, indígenas e quilombolas interpelando a Antropologia". *Revista Humanidades e Inovação*, Goiás, v. 6, n. 16, p. 83-96, 2019.

ARROYO-GUZMAN, Adriana; PAREDES, Julieta. *El Tejido de la rebeldía: ¿Qué es el feminismo comunitario?* La Paz : Mujeres Creando Comunidad, 2014.

APIB. ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. "Para mulheres indígenas, empoderamento é lutar pelos seus territórios". *APIB*, 2019. Disponível em <https://apiboficial.org/2019/08/15/para-mulheres-indigenas-empoderamento-elutar-por-seus-territorios/>. Acesso em 08/05/2025.

BARTRA, Eli. *Debates en torno a una metodología feminista*. Xochimilco: Universidad Autónoma Metropolitana, 1999.

BBC NEWS BRASIL. "SOB ameaça de cortes no governo Bolsonaro, cursos de ciências sociais e humanas concentram diversidade racial". *BBC Brasil*, Brasil, 09/05/2019. Disponível em <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/09/sob-ameaca-de-cortes-no-governo-bolsonaro-cursos-de-ciencias-sociais-e-humanas-concentram-diversidade-racial.ghtml>. Acesso em 24/09/2019.

BLÁZQUEZ, Gustavo. "Metodologías horizontales y conocimientos excitados. III. Transdisciplina: el objeto impugna al método". In: CORNEJO, Inés; RUFER, Mario. *Horizontalidad: hacia una crítica de la metodología*. Buenos Aires: CLACSO, 2020. p. 251-276.

BRIONES, Claudia. "La horizontalidad como horizonte de Trabajo". In: CORNEJO, Inés; RUFER, Mario. *Horizontalidad: hacia una crítica de la metodología*. Buenos Aires: CLACSO, 2020. p. 59-92.

CABNAL, Lorena. "Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala". In: ACNUR. *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*. Las Segovias: Asociación para la cooperación con el Sur, ACSUR, 2010. p. 11-25.

CARNEIRO, Sueli Aparecida. *A construção do outro como não ser como fundamento do ser*. 2005. Doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. Disponível em <https://repositorio.usp.br/item/001465832>. Acesso em 26/05/2023.

CASTRO, Cláudio Moura. "Memórias de um orientador de teses". In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). *A aventura sociológica: Objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 307-326.

CELLARD, André. "A análise documental". In: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H.; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro. *A Pesquisa Qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos*. Traduzido por Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CORONA BERKIN, Sarah. "Notas para construir metodologías horizontales". In: CORONA BERKIN, Sarah; KALTIMEIER, Olaf. *Diálogo: metodologías horizontales en ciencias sociales y culturales*. Barcelona: Gedisa, 2012. p. 85-109.

CORONA BERKIN, Sarah; KALTIMEIER, Olaf. *Diálogo: metodologías horizontales en ciencias sociales y culturales*. Barcelona: Gedisa, 2012.

CORNEJO, Inés. "Politizar la escucha. Genealogía metódica desde América Latina. II. Historización metódica: entre la vigencia y la actualidad latinoamericana". In: CORNEJO, Inés; RUFER, Mario. *Horizontalidad: hacia una crítica de la metodología*. Buenos Aires: CLACSO, 2020. p. 203-230.

CORREA, Célia Nunes. *O Barro, o Genipapo e o Giz no fazer epistemológico de Autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada*. 2018. Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais – MESPT, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil. Disponível em [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/47168/1/LarissaCristinaDeSousaFerro\\_TESE.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/47168/1/LarissaCristinaDeSousaFerro_TESE.pdf).

CURIEL, Ochy. "Construyendo metodologías feministas desde el feminismo decolonial". In: MENDIA AZKUE, Irantzu; LUXÁN, Marta; LEGARRETA, Matxalen; GUZMÁN, Gloria; ZIRION, Iker; AZPIAZU CARBALLO, Jokin. *Otras formas de (re)conocer. Reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista*. Bilbao: UPV/EHU, 2014. p. 45-60.

CURIEL, Ochy. "Crítica pós-colonial a partir das práticas políticas do feminismo antirracista". *Nômadas (Col)*, Bogotá: Universidad Central, n. 26, p. 92-101, 2019. Disponível em <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/58979/34175>. Acesso em 06/05/2025.

DAIXUM, Mariana. "Ano novo e desmonte: ciência brasileira sofrerá ainda mais cortes orçamentários em 2021". *A Nova Democracia*, 2021. Disponível em <https://anovademocracia.com.br/noticias/14956-ano-novo-e-desmonte-ciencia-brasileira-sofrera-ainda-mais-cortes-orcamentarios-em-2021>. Acesso em 24/05/2019.

DINIZ, Débora. "O encontro com a pesquisa [...] com o texto [...] com a escrita". In: DINIZ, Débora. *Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa*. Brasília: Letras Livres, 2012. p. 31-80.

DI PROSPERO, Carolina; DAZA PRADO, Daniel. "Etnografía (de lo) digital. Introducción al dossier". *Revista Etnografías Contemporáneas*, Tarapoto, v. 5, n. 9, p. 66-72, 2019.

FALS-BORDA, Orlando. "La ciencia y el pueblo: nuevas reflexiones". In: FALS BORDA, Orlando. *Ciencia propia y colonialismo intelectual. Los nuevos rumbos*. Bogotá: Carlos Valencia Editores, 1987. p. 65-84.

FERNANDEZ-CAMACHO, Marcela. "Una metodología militante: 'parar para pensar'". *Revista Liminar*, v. 19, n. 1, p. 15-29, 2021.

FERRO, Larissa Cristina de Sousa. *O acesso à justiça para mulheres indígenas no estado plurinacional boliviano*. 2019. Mestrado em Ciências Sociais – Universidade de Brasília. Brasília, Distrito Federal, Brasil.

FERRO, Larissa Cristina de Sousa. *Agendas políticas de movimientos de indígenas mujeres no Brasil e Bolívia (2017-2020)*. 2023. Doutorado em Ciências Sociais – Universidade de Brasília. Brasília, Distrito Federal, Brasil.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Traduzido por Joice Elias Costa. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

GODINHO, Paula. "Quando os sujeitos pesam mais do que os objectos: políticas de memória, processo revolucionário e co-implicação". In: POZZI, Pablo; GODINHO, Paula. *Buenos Aires: Insistir con la esperanza. El compromiso social y político del intelectual*. Buenos Aires: CLACSO, 2019. p. 81-112.

GRILLO, Oscar. "Etnografía multisituada, etnografía digital: reflexiones acerca de la extensión del campo y la reflexividad". *Revista Etnografías Contemporáneas*, Buenos Aires, v. 5, n. 9, p. 73-93, 2019.

KRENAK, Shirley Djukurnã. "Plenária das Mulheres Indígenas". *Encontro*, 2020. (on-line)

LUGONES, María. "Rumo ao feminismo decolonial". *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, p. 935-952, 2014.

MACHADO, Ana. "A relação entre a autoria e a orientação no processo de elaboração de teses e dissertações". In: BIANCHETT, Lucídio; MACHADO, Ana (Orgs.). *A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações*. Florianópolis; São Paulo: Editora da UFSC; Cortez, 2002. p. 45-66.

NARVAZ, Marta; KOLLER, Silvia. "Metodologias Feministas e Estudos de Gênero: Articulando Pesquisa, Clínica e Política". *Revista Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, 2006.

ORTIZ, Alexander; ARIAS, María. "Hacer decolonial: desobedecer a la metodología de investigación". *Revista Hallazgos*, Bogotá, v. 16, n. 31, p. 147-166, 2019.

PRATT, Mary Louise. "No me interrumpas: las mujeres y el ensayo latino-americano". *Debate Feminista*, Cidade do México, v. 21, p. 70-88, 2000.

PIRES, Andressa; LIMA, Sostenes. "Função-autor de Foucault e commodificação discursiva no contexto do capitalismo cognitivo". *Vialitterae*, Goiás, v. 12, p. 292-304, 2020.

RESTREPO, Alejandra. "Genealogía como método de investigación feminista". In: BLAZQUEZ GRAF, Norma; CASTAÑEDA SALGADO, Martha Patricia. *Lecturas críticas en investigación feminista*. México: UNAM, 2016. p. 23-41.

RIAÑO, Yvonne. "Minga biographic workshops with highly skilled migrant women: enhancing spaces of inclusion". *Qualitative Research*, v. 16, n. 3, p. 267-279, 2016.

RODRÍGUEZ, Rosana. "El poder del testimonio, experiencias de mujeres". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 3, 2013.

RODRÍGUEZ, Rosana. "La vida encarnada: Significaciones sobre la experiencia corporal de las mujeres". *Journal for Educators, Teachers and Trainers JETT*, v. 5, n. 3, p. 115-128, 2014.

RUANO-IBARRA, Elizabeth. *O cultivo da papoula na Colômbia: um estudo de caso sobre os agricultores familiares do município de Silvia*. 2008. Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Agronegócios) – Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília. Brasília, Distrito Federal, Brasil.

RUANO-IBARRA, Elizabeth. "Minga" e air em perspectiva comparada. *Formas e significados nos protestos indígenas na Colômbia e no Brasil*. 2013. Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília. Brasília, Distrito Federal, Brasil.

RUANO-IBARRA, Elizabeth; OLIVEIRA, Victoria. "Mulheres indígenas, ensino superior e colonialidade de gênero". *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia*, Niterói, n. 50, 2020.

SEGATO, Rita Laura. "Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial". *E-cadernos CES*, n. 18, p. 106-131, 2012.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* 1 ed. Traduzido por Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

SVAMPA, Mariestella. "Notas provisórias sobre la sociología, el saber académico y el compromiso intelectual". In: HERNÁNDEZ, Valeria; SVAMPA, Mariestella. *Entre dos mundos. Reflexividad y compromiso*. Buenos Aires: Prometeo, 2008. p. 1-17.

TAVARES, Inara N. "Reflexões sobre o debate pós-colonial desde percepções de si". In: KANGANG, Jozileia; BANIWA, Braulina; TREMBÉ, Lucinha (Orgs.). *Vivências Diversas: uma coletânea de indígenas Mulheres*. São Paulo: Hucitec, 2020.

VASALLO, Claribel. "Sociología del conocimiento y perspectiva decolonial: su pertinencia analítica para interrogarnos a nosotros mismos". *Horizontes y Raíces*, v. 7, n. 1, p. 18-28, 2022.

VIEIRA, Edilaíse. "Conferência de abertura do Curso As Pensadoras Latinoamericanas. Mulheres Indígenas e a Colonização". *YouTube*, 16/11/2020, vídeo (2h10min). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=1Auojuk8XnA&t=6008s>. Acesso em 25/03/2022.

ZAPPELLINI, Marcello; FEUERSCHUTTE, Simone. "O uso da triangulação na Pesquisa Científica Brasileira em Administração". *Revista Administração: Ensino e Pesquisa*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 241-273, 2015.

**Larissa Cristina de Sousa Ferro** ([larissa.csousaf@gmail.com](mailto:larissa.csousaf@gmail.com)) é graduada em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB) (2015). Possui Mestrado em Estudos Comparados sobre as Américas pela UnB (2019). Doutora em Estudos Comparados sobre as Américas pela Universidade de Brasília. Pesquisadora do Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Gênero (GREIG – ELA UnB). Pesquisadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Movimentos Indígenas, Políticas Indigenistas e Indigenismo (LAEPI). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9707890972862459>.

**Elizabeth del Socorro Ruano-Ibarra** ([elizabeth@unb.br](mailto:elizabeth@unb.br); [elizabethruano@gmail.com](mailto:elizabethruano@gmail.com)) é doutora em Ciências Sociais. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas (PPG/ECsA/UnB). Pesquisadora do Grupo de Estudos Interdisciplinares de Gênero (GREIG). Pesquisadora do Grupo de Investigación Interdisciplinar en Ciencias Humanas (GIICHHS) da Corporación Universitaria Autónoma del Cauca (Popayán, Colômbia). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8022616475428379>.

#### COMO CITAR ESTE ARTIGO DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA

FERRO, Larissa Cristina de Sousa; RUANO-IBARRA, Elizabeth del Socorro. "Hierarquias na pesquisa social latino-americana: reflexões sobre a prática". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 34, n. 2, e88054, 2026.

#### CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

As autoras contribuíram igualmente.

#### FINANCIAMENTO

Auxílio concedido pelo Decanato de Pós-Graduação da Universidade de Brasília (DPG/UnB).

#### DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os dados de pesquisa estão disponíveis no corpo do documento..

#### CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

#### APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

#### CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

#### LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY 4.0 International](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

#### HISTÓRICO

Recebido em 20/05/2022  
Reapresentado em 20/05/2025  
Enviado para avaliação em 26/05/2025  
Aprovado em 09/09/2025

#### EDITORA RESPONSÁVEL

Maria Helena Lenzi  0000-0003-0729-2328

#### EDITORA CIENTÍFICA

Cristina Scheibe Wolff  0000-0002-7315-1112

